



EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

José Joaquim Leitão, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro de 2023 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 22 de fevereiro de 2023, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

Voto de Pesar **(pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa)**

Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, cidadão natural da freguesia da Santo Estevão, concelho de Alenquer, morador no concelho de Almada, há mais de quarenta anos, técnico electricista, emérito desportista e dedicado dirigente associativo, faleceu no passado dia 16 de fevereiro de 2023.

Vítor de Sousa foi um notável atleta de rugby, tendo feito a sua carreira no Sport Lisboa e Benfica durante 15 épocas e representado o país na seleção nacional da sua modalidade desportiva.

A sua paixão pelo desporto e associativismo levá-lo-ia, no nosso concelho e nos anos 90, à direção do Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa da Caparica (GDPC), onde foi diretor e Presidente da Direção e grande impulsionador de importantes obras de melhoramentos do parque de jogos do clube.

Foi como Diretor do GDPC que lançou a prática do rugby no então recentemente inaugurado Complexo de Atletismo da Sobreda, em cujo relvado foi fixado o campo de rugby, num processo de participação e parceria com o Município, em que teve responsabilidade e participação ativa.

Vítor de Sousa está profundamente ligado à criação de uma nova centralidade regional da prática do rugby, alcançada por mais de duas décadas de trabalho de formação desportiva – primeiro com o GDPC, depois com o Clube Recreativo Sobredense (onde teve papel de destaque num processo de revigoração associativo que retirou o clube de uma letargia onde vivia e o recolocou no seio do mais dinâmico associativismo concelhio) e mais recentemente com Os Mustangs, que celebraram há pouco tempo um ano de vida, com o Vítor de Sousa dirigindo, incentivando, formando, no seu jeito singular, firme, próximo, amigo.

Os testemunhos profusamente divulgados nestes dias de luto, melhor dizem da dimensão desportiva e da grandeza humana de Vítor de Sousa:

A sua paixão pelo rugby.

Grande amigo do seu amigo.

Referência para gerações de desportistas.

A energia e alegria que emprestava às suas atuações.

Homem bom e profissional competente.

“Grande senhor”.

De companheiros de equipa, colegas e adversários, há palavras que são homenagens:

Sport Lisboa e Benfica, Rugby: “Grande Pilar, internacional, com 15 épocas na equipa principal de rugby”.

Lifeshaker: “Hoje perdemos um Homem. Hoje ganhámos uma lenda. Sem ti, Vítor, nunca teríamos a coragem de ter criado a Lifeshaker”.

Clube Recreativo Sobredense: “Vítor, um Homem que se dedicou de alma e coração a esta casa, bem disposto, dedicado e empenhado, sempre pronto a ajudar. Nunca esquecendo a sua verdadeira paixão, o Rugby”.

Os Mustangs: “Continuaremos unidos, continuarás a ser um de nós”.



EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Rui Sousa, treinador: “Uma marca do Benfica, mas um papel fundamental na formação dos jovens da Margem Sul. ... os meninos que hoje são homens lembram-se de ti e os pais choram a tua viagem”.

João Tiago Esteves Figueiredo, jogador de rugby: “Obrigado por todas as noites na Sobreda a ensinar e a transmitir o espírito do desporto e do rugby”.

A Federação Portuguesa de Rugby decretou que se cumprisse um minuto de silêncio em memória de Vítor de Sousa em todos os jogos deste fim de semana, incluindo o jogo de Seleções “Portugal-Roméia”, sinal da dimensão nacional do desportista que hoje evocamos.

A Assembleia Municipal de Almada faz uma simbólica homenagem, expressa uma palavra de gratidão pelo exemplo de dádiva e aprova um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, endereçando à sua família, aos clubes que integrou como atleta e dirigente – Sport Lisboa e Benfica, GD Pescadores da Costa da Caparica, Clube Recreativo Sobredense e Os Mustangs – as mais sentidas condolências, na certeza que o seu exemplo de cidadão, de desportista, técnico e dirigente, perdurará na memória de todos.

Voto de pesar pelo compositor e músico Jorge Loução

Faleceu no dia 26 de janeiro, em Setúbal, vítima de enfarte do miocárdio, o compositor e músico Jorge Loução, nascido em Moçambique, a 28 de janeiro de 1956.

Iniciou a sua carreira em 1972 e fixou-se em Almada em 1974 onde fundou, em 1980, com o saxofonista Mário Gramaço, a banda “Roquivários”, cuja formação inicial incluía ainda Juca (guitarra), Midus Guerreiro (baixo e voz) e Fernando Rabanal (bateria).

Compositor de êxitos como “Cristina (beleza é fundamental)”, o primeiro álbum da banda com o título “Pronto a Curtir” incluiu o sucesso “Ela Controla” que afirmou a banda na vaga do então denominado “Rock Português”. A banda acabou em 1984. Depois dos “Roquivários”, formou os “Graffiti”, que lançaram um álbum para a CBS. A solo Jorge Loução editou o trabalho “Encontro”.

Foi professor de Educação Musical e músico profissional. Foi também proprietário do bar “Woodstock”, em Almada, que marcou gerações, onde tocava e assumia que nunca deixaria de “fazer rock à sombra do Cristo Rei”.

O “Sandokan Africano” como lhe chamavam as jovens fãs da época, acompanhou também ao piano as primeiras classes de ginástica rítmica do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

Jorge Loução será sempre lembrado pela sua generosidade e pelos êxitos, atuações e boas lembranças que nos deixou.

Nesta hora triste, a Assembleia Municipal de Almada, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Jorge Loução, endereçando à sua família e a amigos as mais sinceras condolências.



EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Moção

Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho.

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas que podem assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente.

Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.
2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.



EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente.

Recomendação

Criação de Jardins Comestíveis em Almada

Nos últimos anos têm sido desenvolvidas várias iniciativas que promovem a agricultura, tanto no espaço rural, como no tecido urbanizado. Iniciativas essas como a Rede de Parques Agrícolas, que visa a promoção da agricultura como uma atividade económica, numa perspetiva de sustentabilidade agroecológica; a Rede de Hortas do Concelho de Almada, que pretende estimular o aproveitamento agrícola de espaços livres no concelho, promovendo assim a produção de alimentos de proximidade, contribuindo para a amenização climática das áreas urbanas e criando corredores e áreas de ligação na Estrutura Ecológica Municipal. Mas, a atual emergência climática e crise económica, aliadas à necessidade de promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, devem impelir-nos a ir mais longe no acesso a espaços verdes e de cultivo.

Os jardins são locais onde as plantas geralmente servem para embelezar o espaço à volta de habitações. No entanto, eles podem ser ainda mais úteis. Podemos juntar a função paisagística com as necessidades diárias das pessoas. As flores são bonitas, mas e se depois da flor vier o fruto ou o vegetal, não é ainda melhor? A proposta de criação de jardins comestíveis em Almada, alia a estética de um jardim com os benefícios de uma horta orgânica, no coração da cidade. Pequenos canteiros, terrenos públicos sem uso, bermas da estrada com ervas, parques, transformados em espaços onde são cultivadas plantas, árvores de fruto e vegetais, que podem depois ser colhidos por qualquer munícipe.

Este conceito já não é novo e pode ser encontrado em várias partes do mundo. Em 2008, York, uma cidade no nordeste de Inglaterra desenvolveu o projeto *Incredible Edible*, que surgiu para que “as pessoas tivessem o direito de transformar bermas de estradas, campos pouco férteis em torno de hospitais, e espaços públicos vazios, em hortas e pomares”. Se realmente pensarmos bem, temos que dar às pessoas mais saúde, bem-estar e acesso a boa comida. É muito simples e não precisamos de investir milhões – basta apenas usar melhor os nossos terrenos pelos quais os contribuintes já estão a pagar”, disse Pam Warhurst, co-fundadora da *Incredible Edible*.

Em 2020, em Lisboa mais precisamente em Penha de França, vários vizinhos e amigos juntaram-se para criar um jardim comunitário e comestível. Neste jardim vertical podemos encontrar diferentes cheiros, sabores e cores, como Maracujá, Alecrim, Lavanda, Amora amarela, Groselha, Café... plantas que quando adultas, poderão ser colhidas e consumidas por quem ali vive. Surge assim, um espaço que qualquer pessoa pode colher o que lá nascer e deixar novas plantas na terra.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de jardins comestíveis em Almada em locais centrais e de boa acessibilidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7/2

EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Moção/Deliberação
(8 de Março, Dia Internacional da Mulher
Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida)

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal de Almada saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.

A Assembleia Municipal assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

- a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida.
- b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização e a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

- c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.
- d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica.
- e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de março, no Porto e a 11 de março em Lisboa

Moção

Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada

Almada enquanto concelho situado nos limítrofes de Lisboa, a capital mais ocidental da Europa, deve-se constituir e assumir como um polo atrativo de variados eventos e de realização de espetáculos, tirando partido e beneficiando não só da sua privilegiada localização geográfica, mas também das variadas opções culturais, naturais, paisagísticas e humanas, para captar atenção e investimento que possa dar um incremento significativo ao nível da sua economia e capacidade competitiva.

Essa proximidade com Lisboa, confere ao concelho de Almada oportunidades acrescidas na eventualidade da organização de variados eventos tais como atividades culturais, competições desportivas, grandes exposições, congressos (nomeadamente nas vertentes empresariais, académicas e científicas), podendo também ser um meio de atração de grandes nomes da música mundial e nacional através de concertos e espetáculos musicais. A não existência de um equipamento desta envergadura, conduz a uma perda de oportunidades por parte de Almada, fazendo com esta seja preterida por outros concelhos com características semelhantes, mas que praticam uma gestão de recursos e de sentido de oportunidade que culmina na obtenção de dividendos e mais-valias que se refletem nas suas economias locais.

Praticamente todos os grandes concelhos do país têm, ou tencionam ter, uma infraestruturas destas dimensões, considerando o valor acrescentado e o retorno positivo que traz para os mesmos.

A criação de um centro de congressos e multiusos moderno, com infraestruturas adequadas aos mais distintos eventos e com capacidade considerável para poder ombrear e competir com os grandes palcos que recebem esses eventos, é uma aposta no desenvolvimento do concelho e na atração de mais-valias e investimento, razão pela qual, não será descabido, antes pelo contrário, olhar para o centro de congressos e multiusos do concelho como uma prioridade nos planos da autarquia.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

JK

EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

Um centro de congressos e multiusos resultará sem dúvida, em benefícios para a restauração, comércio local, oportunidade para o crescimento e surgimento de novas dinâmicas e novos negócios, na hotelaria e atividades de lazer, como implicará forçosamente, a criação de condições de acessibilidades e de meios de transporte favoráveis tal como a requalificação do espaço público. A criação de postos de trabalho e novas oportunidades de emprego, deve ser também considerada como um benefício acrescido que uma infraestrutura desta considerável importância pode acarretar para o concelho.

Almada tem de dar continuidade ao seu crescimento, à sua atratividade, tem de ser competitiva, oferecer e proporcionar, quer aos almadenses, quer a quem a visita, as melhores opções, com qualidade e com um serviço de excelência, que pode também passar entre outros equipamentos, pela construção do centro congressos e multiusos do concelho de Almada.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados e a necessidade de promoção de uma oferta integrada nas áreas da cultura, do empreendedorismo, do lazer e da ciência, tal como na aposta do turismo e desenvolvimento local, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo, defender a criação do futuro Centro de Congressos e Multiusos no concelho de Almada.

Recomendação

Criação do Conselho Municipal de Turismo do Concelho de Almada

À semelhança do que já existe em Almada noutros sectores, a criação do Conselho Municipal de Turismo, pode contribuir para a discussão e para o aprofundar de medidas e de estratégias verdadeiramente participadas e orientadas para a uma visão integrada e abrangente na vertente do lazer e do turismo para o concelho, aproveitando todo o potencial humano paisagístico e natural, cultural e histórico, tal como a estreita proximidade com Lisboa, com o objetivo de obtenção de mais oferta e mais desenvolvimento para Almada.

As dinâmicas e atratividade proporcionadas pela vertente turística aliada aos recursos naturais e geográficos, potenciam o desenvolvimento das economias locais consubstanciado em mais oferta de emprego e mais oportunidades de negócios tornando os concelhos competitivos e ricos em diversidade e em sustentabilidade.

Com uma aposta forte no turismo, Almada pode destacar-se como escolha de muitos turistas e viajantes que procuram as ofertas no que respeita ao lazer assim como à gastronomia e às reconhecidas praias de excelência, aproveitando em simultâneo para explorar o património histórico-cultural.

Deste modo, em convergência com a criação de dinâmicas competitivas e de incentivo à atividade turística, é fundamental que a criação do Conselho Municipal de Turismo em Almada contribua, e tenha como foco principal, o aprofundar do diálogo institucional e permanente, a aproximação entre as várias entidades responsáveis direta e indiretamente na áreas do turismo e lazer, o acompanhamento e promoção da conjugação de sinergias entre os vários agentes locais, com o objetivo de encontrar soluções que levem à concretização de políticas direcionadas para um turismo de qualidade no concelho.

O mesmo Conselho Municipal de Turismo terá como missão trabalhar de forma cooperativa, podendo emitir pareceres e apoiar nas mais elementares vertentes todas as entidades responsáveis e incluídas na área do turismo nomeadamente as de economia e desenvolvimento local ou ainda proceder à análise de dados e



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 92/XIII-2º/2021-25

(Moções/Deliberações)

métricas que contribuam para o melhor conhecimento do sector, entre outras tantas que podem ser objeto da sua missão enquanto promotores do turismo local.

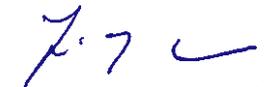
Este órgão consultivo, à semelhança de outros implementados noutras áreas de atuação e intervenção local, deve centrar-se na cooperação, auscultação e a participação ativa tal como no aprofundamento do debate institucional, criando mecanismos e interações que potenciem plataformas de intervenção baseadas em modelos de modernidade direcionadas e adequadas quer às necessidades quer as expectativas projetadas para futuro.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem recomendar à câmara municipal que tome as devidas e necessárias diligências processuais, a fim de ser criado e constituído o Conselho Municipal de Turismo do Concelho de Almada, órgão consultivo que ajudará a desenvolver, potenciar e a promover a atividade local do sector.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 23 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal



(José Joaquim Leitão)